

A primeira escaramuça nos trabalhos da Constituinte não foi capaz de fazer as esquerdas aparearem dos velhos equívocos que cavalgam desde os anos cinqüenta. Quem não aprende com as derrotas está condenado a repeti-las até aprender. O pior é que, pelas reincidências das esquerdas nos mesmos erros, os brasileiros é que pagam.

O deputado Roberto Freire restaura em hora imprópria o maniqueísmo que separa primariamente o Congresso e a Constituinte — com os mesmos participantes — em democratas e nacionalistas, de um lado, e reacionários e entreguistas, de outro. É simplório demais para ser considerado. Exatamente por não serem capazes de distinguir alguns reacionários de 18 quilates entre elas é que as esquerdas cometem erros imperdoáveis.

“Uma paulada” — é como o deputado Roberto Freire define o que se passou nas subcomissões, onde as esquerdas acreditaram que a designação de relatores *progressistas* nos daria uma Constituição socialista. Os relatores não conseguiram passar o contrabando ideológico e a maioria dos membros da subcomissão derrotou as propostas radicais. As esquerdas não se lembraram de que decisões se tomam mediante votos.

Os sinais trocados que balizam a vida política brasileira piscam com a mesma inautenticidade na Constituinte: conservadores e progressistas são rótulos vazios de significado, e colados erradamente. No Brasil, chama-se de progressista a um tipo que não quer mudança alguma. É uma fraude. Trata-se de verdadeiros conservadores. Os autênticos progressistas, ao contrário, são os considerados conservadores. Quem quer mudar a obsoleta organização do estado brasileiro? Os chamados conservadores, porque os ditos progressistas estão satisfeitos com o alto grau de ineficiência estatal. Esse desrespeito acintoso ao significado das palavras não é um bom indício para a verdade constituinte que o Brasil tenta encontrar.

A decadência brasileira se processa apenas na organização do Estado. Por isso, a Constituinte é a grande oportunidade de se modernizar a estrutura do Estado, retirando-lhe atribuições indevidas e reduzindo-o ao essencial para oferecer educação, saúde e saneamento como sua responsabilidade social. A proposta dos acusados de conservadorismo é a mudança de qualidade, para que o Estado cumpra primeiro a sua obrigação básica. Os autodenominados progressistas batem o pé e recusam enquadrar o Estado nas funções preliminares da sua responsabilidade opcional.

Os papéis continuam literalmente invertidos na Constituinte, onde a corrente mais barulhenta é incapaz de perceber que a democracia empacou, e várias vezes regrediu entre nós, exatamente porque

temos Estado em excesso onde bastava haver apenas a sociedade. A presença do Estado na economia vem do período áureo do paternalismo impingido pelo estado novo, no lugar das liberdades políticas, e engordou sob a visão dos militares, depois de 64 — que nisso estavam de acordo com os progressistas. Nisto e em tudo mais que se refere a impedir o avanço da democracia. Sem a redução do Estado em tudo que bloqueia este país, a democracia será apenas hipótese.

A Constituinte está dopada pelos *slogans* que fizeram fortunas de políticos demagogos no passado. Esses progressistas entre aspas só pensam em enfiar na Constituição uma figura de retórica com honras de princípio legal: a reserva de mercado, no entanto, será a pá de cal do estatismo econômico, e responsável pelo rápido envelhecimento da futura Constituição. A proteção a qualquer atividade econômica nascente implica um prazo curto porque é nefasta: em vez de fazer o bem, causa males irreparáveis. Para ser um recurso eventual da administração, dispensa o *status* constitucional em benefício da flexibilidade que a faz eventual.

Os brasileiros têm tempo suficiente para aquilatar quais foram os grandes prejuízos que a estatização repassou à sociedade. Esses falsos progressistas insistem em fazer o Brasil regredir economicamente: se o conseguirem, serão responsabilizados pela esclerose de um processo constituinte e de enganar a opinião pública. Se o Estado fosse bom empresário e tivesse capacidade para gerir a economia, o Brasil não estaria afundado em déficits e afogado em inflação. Pois as despesas públicas não apenas crescem mais depressa do que qualquer arrecadação, como ainda se dão o privilégio de não serem mensuráveis.

As esquerdas serão apontadas publicamente, por sua incapacidade de reavaliar posições que, desde os anos cinqüenta, já somaram prejuízos incalculáveis para o Brasil. A Constituinte está refletindo esses grandes equívocos de esquerda, que quase sempre têm conseqüências políticas de direita; não há a menor preocupação de obrigar o Estado a fazer o essencial; que é dar educação, e saúde e saneamento aos brasileiros.

Se por acaso os esquerdistas ainda acreditam que uma crise definitiva poderá levá-los a melhor situação, estão apenas mostrando que continuam maus alunos de história: nem como repetentes melhoram suas notas baixas. No mundo inteiro, até os regimes socialistas questionam o modelo estatizante. Nós continuamos impavidamente dispostos a repetir o que outros provaram inviável: o Estado não tem eficiência nem competência para fazer o que a sociedade é capaz de fazer melhor. Muito melhor.